

Economistas querem país inteiro para o sucessor

Inácio Muzzi

BRASÍLIA — Faltavam vinte dias para as eleições na Argentina quando o deputado César Maia, principal conselheiro econômico do candidato do PDT à presidência, Leonel Brizola, aprendeu uma lição. Em visita a uma repartição do governo peronista da província de Buenos Aires, o parlamentar observou, intrigado, a burocracia se movimentando para enviar caminhões de batatas aos bairros pobres da capital. Era uma operação de emergência para evitar saques e o conseqüente agravamento da instabilidade do governo anti-peronista de Raul Alfonsín. Sem constrangimento, um militante peronista explicou: a consolidação da nossa vitória depende da sobrevivência de quem passará a faixa presidencial.

Inspirado, Maia chegou a Brasília na segunda-feira com seu *caminhão de batatas*. Ciente da gravidade de uma crise fiscal que pode levar à explosão inflacionária em menos de dois meses, o parlamentar fez um apelo ao governo Sarney para baixar um rigoroso pacote, repleto de medidas impopulares como o aumento do imposto de renda — através da criação de mais uma faixa diferenciada de contribuintes — a antecipação de contribuições cobradas aos empresários e o fim de incentivos e subsídios. De sobra, Maia garantiu o apoio à medida por seu candidato e seu partido e se colocou à disposição para atrair a simpatia das demais legendas para a decisão.

O Presidente Sarney não se manifestou sobre a proposta, mas os partidos que pretendem vencer as eleições combatendo-o nos palanques revelam, através de seus economistas, uma incontestável simpatia pela filosofia básica da sugestão de Maia: colaborar com o governo para que este chegue ao fim com o menor nível possível de desorganização econômica.

Manter o navio — “Devemos ajudar este navio a ficar inteiro nos próximos meses, para que depois de março ele seja conduzido a um porto seguro”, diz o deputado José Serra, um dos economistas que assessoram o candidato do PSDB, senador Mário Covas, e que repete a lógica de Maia para defender a estruturação de um pacto político e social para “ajudar o governo Sarney a evitar o pior.”

Serra e outros conselheiros para assuntos econômicos de candidatos à Pre-

sidência — Luciano Coutinho (Ulysses Guimarães, PMDB), Zélia Cardoso de Mello (Fernando Collor, PRN), Francisco Dornelles (PFL, com candidato ainda não definido) —, concordam que as incertezas diante de um quadro eleitoral em que vários partidos defendem a moratória da dívida, são demasiadas para qualquer banqueiro. “Se eles já relutam em assinar um acordo na iminência da posse de Tancredo, que prometia cumprir os termos acertados por Figueiredo, o que não dirão agora”, analisa Serra.

Legitimidade — A mesma lógica encontra defensores em outras representações político-partidárias. “A equipe econômica vai ter de contar com a legitimidade do novo presidente para tomar medidas drásticas”, sustenta a assessora do candidato Fernando Collor, Zélia Cardoso de Mello. “O primeiro ano de um mandato não foi feito para se obter popularidade. Este é um período reservado a ajustes, nem sempre agradáveis”, confirma o ex-deputado e ex-ministro, Francisco Dornelles.

A economista Zélia de Mello confessa que o candidato Fernando Collor encomendou o acompanhamento sistemático do trabalho feito pelos parlamentares, enquanto o PSDB, o PDT, o PMDB e o PFL usam de seus representantes na Comissão Mista de Orçamento para interferir na legislação que criará balizamentos para o futuro plano econômico de governo. A lei será votada em junho e orientará a elaboração do Orçamento, o que determinará as receitas e investimentos para o próximo ano.

Displícência — O deputado e ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles não esconde para seus assessores a irritação com a “displícência” do governo quanto aos interesses do Executivo no Congresso. “Eu estou cansado de ligar para lá buscando orientação sobre alguma matéria que está entrando em votação, para descobrir que eles nem estão sabendo do que se trata”, constuma desafabar o ex-ministro. Dornelles só abre exceção para o período em que tem atuado como líder do governo o deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS).

Quinta-feira passada, o Congresso ditou a nova política salarial para o país, seguindo o modelo de iniciativa do PMDB. O Executivo, mais uma vez, derapou na iniciativa de apresentar um projeto próprio. “Foram indefinições como esta que quase comprometeram as eleições na Argentina”, avisa César Maia.